



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150308 - RJ (2021/0216882-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : LEONE DA SILVA SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : MÁRCIO SOARES RODRIGUES - RJ082614
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em habeas corpus com pedido de liminar interposto por LEONE DA SILVA SOUZA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0016315-69.2021.8.19.0000).

O recorrente foi preso preventivamente e, posteriormente, denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 288-A do Código Penal e 35, c/c o art. 40, inciso IV, da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada, determinando o colegiado, de ofício, que o magistrado singular examinasse o pedido de revogação da prisão.

Sustenta estar sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de prazo para a formação da culpa, para o qual não teria dado azo a defesa, uma vez que estaria segregado preventivamente há mais de 6 meses sem que a instrução não tenha sequer iniciado.

Ressalta suas condições pessoais favoráveis e a situação de pandemia da covid-19, que permitiram a substituição da prisão processual por medidas cautelares mais brandas ou pela prisão domiciliar, nos termos dos arts. 318 e 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a liberdade provisória do paciente, mediante a imposição de medidas cautelares mais brandas ou, subsidiariamente, o deferimento da prisão domiciliar com monitoramento.

Sobrevieram informações prestadas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Belford Roxo acerca do andamento do habeas corpus n. 150308/RJ/2021/0216882-9 (fls. 400-408).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extraí-se das informações prestadas às fls. 400-408 que feito segue seu trâmite regular e está sendo conduzido diligentemente pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Belford Roxo. Não foi verificada qualquer desídia por parte do Juízo processante, tampouco atraso ou paralisação injustificada no andamento dos autos. Ademais, em 8/7/2021 foi proferida a seguinte decisão:

“1. Nesta data, prestei informações no HC 671046. 2. Diante da impossibilidade de retirada do sigilo dos anexos 1 e 2, procedi à juntada dos respectivos documentos em novos anexos sem sigilo (anexo 3 e anexo 4). 3. Caso o problema de visualização persista, faculta às defesas a obtenção de cópias dos anexos junto à serventia deste juízo. 4. Venha a resposta à acusação do réu ELISAMAR no prazo de 10 dias. 5. Regularize-se a juntada da resposta à acusação pendente (réu ALEXANDRE ALEIXO) 6. Regularize-se a citação dos réus IGOR e RONALDO, que se encontram custodiados, fazendo constar no mandado de RONALDO a informação de que seu advogado já apresentou resposta à acusação. 7. Com fundamento no art. 570 do CPP, dou por citados os réus WIRLEY, THAIS, INGRID, DARLEY, FELIPE MATHEUS e ALEXANDRE ALEIXO, que, além de estarem em liberdade, constituíram advogados e apresentaram respostas à acusação, o que atesta sua ciência inequívoca quanto aos termos da presente ação penal. 8. DETERMINO O DESMEMBRAMENTO do feito em relação aos réus JONATA GOMES DASILVA, GUILHERME CAÍQUE SANTOS SILVA, DIEGO DA SILVA FREIRE, ESMAEL FLAVIO VIEIRA DA SILVA, GABRIEL TIMÓTEO DE ANDRADE, MARCUS VINICIUS MAIA DE MELO, BRUNO DE SOUZA, RODRIGO DA SILVA FERREIRA, ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, JURANDIR DO NASCIMENTO DA SILVA, e LIDIA GUIMARÃES LIMA ALVES, uma vez que não foram localizados. 9. Tudo cumprido, intime-se eletronicamente o Ministério Público para se manifestar sobre os pedidos de revogação da prisão preventiva dos réus FELIPE MATHEUS (fls. 946/950), ELISAMAR (FLS. 1.023), RONALDO (1.211/1.215) e CREMILSON (1.029/1.032). “

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente